

O ESTADO DE S. PAULO

Publicação da S.A. O ESTADO DE S. PAULO
Av. Eng. Caetano Álvares, 55 - CEP 02598-900 • São Paulo - SP • Caixa Postal 2439
CEP 01060-970-SP Tel. 3856-2122 (PABX) Fax Nº (011) 3856-2940Classificados por telefone: 3855-2001
Vendas de assinaturas:
Capital: 3950-9000
Demais localidades: 0800-014-9000
Central de atendimento ao leitor:
3856-5400 - falecom.estado@grupoestado.com.brCentral de atendimento ao assinante
Capital: 3959-8500
Demais localidades: 0800-014-77-20
www.assinante.estado.com.br
Central de atendimento ao jornalista:
0800-011-00-94 - www.jornalonline.com.br
Central de atendimentos às agências de publicidade:
3856-2531 - cia@estado.com.brPreços venda avulsa: SP, RJ, MG, PR e SC: R\$ 2,50
(segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). DF: R\$ 2,50
(segunda a sábado) e R\$ 4,00 (domingo). ES, RS, GO
e MT: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 5,80 (domingo).
MS: R\$ 3,20 (segunda a sábado) e R\$ 4,20 (domingo).
BA, SE, PE, TO e AL: R\$ 4,00 (segunda a sábado) e
R\$ 6,00 (domingo). AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC
e RO: R\$ 4,50 (segunda a sábado) e R\$ 7,20 (domingo)

Os EUA e os interesses do Brasil

Paulo Sotero



Comentaristas brasileiros parecem ter concluído que o senador republicano John McCain é o melhor candidato das eleições americanas para os interesses do Brasil e que ele vencerá a disputa de 4 de novembro contra qualquer de seus rivais democratas – os também senadores Hillary Clinton e Barack Obama. Os eleitores americanos não estão tão certos sobre qual dos três seria melhor para os Estados Unidos. A indefinição da disputa entre os democratas ilustra a volatilidade de uma campanha que já teve Hillary como candidata imbatível, McCain como politicamente morto e Obama no comando da maior mobilização eleitoral do país em quase meio século.

Consolidado como candidato de seu partido, McCain é o beneficiário da desgastante guerra entre Hillary e Obama. As acusações que os pretendentes democratas trocam diariamente dão farta munição ao líder conservador para a fase decisiva da campanha. É certo que a oposição de McCain à política de subsídios agrícolas e

Quem é o melhor para nós: McCain, Hillary ou Obama?

ao programa do etanol de milho de seu país justificam a simpatia brasileira pelo senador de Arizona. Produz o mesmo efeito a recente defesa que ele fez da inclusão formal do Brasil e da Índia no Grupo dos Oito.

Presumir, no entanto, o resultado de uma eleição que ocorrerá daqui a mais de meio ano é não apenas prematuro como temerário, especialmente quando se consideram o peso do legado do impopular George W. Bush e os obstáculos que o septuagenário McCain enfrentará para justificar o continuísmo republicano: uma desastrosa guerra no Iraque que comprometeu um desfecho favorável no Afeganistão, a perda de credibilidade internacional do país, recessão econômica, a deterioração dos sistemas de saúde e educação e uma crise de habitação como os EUA não viam há décadas.

É ingenuidade, por outro lado, supor que a preferência do candidato republicano pela liberalização comercial levará à adoção em Washington de políticas favoráveis aos interesses do Brasil, se ele for eleito. Fosse assim, o País teria obtido concessões de Bush. Deu-se o oposto. Em 2002, o presidente americano não se constrangeu em adotar medidas de proteção à indústria siderúrgica dos EUA, com prejuízo para os exportadores brasileiros, para pagar dívidas eleitorais.

Hoje, a possibilidade de uma liberalização é complicado pela mais do que provável ampliação das maiorias do Partido Democrata no Congresso nas eleições, fato que deverá manter a pauta de comércio politicamente travada, seja quem for o próximo ocupante da Casa Branca. Dados da realidade, como esse, e o bom senso aconselham uma revisão da crença difundida na classe dirigente brasileira – de empresários ao ex-revolucionário petista José Dirceu – segundo a qual os presidentes republicanos são melhores do que os democratas para o Brasil. Não há evidência histórica que sustente esse cálculo, ou vice-versa.

Foi a administração republicana de Ronald Reagan que aplicou, pela primeira e única vez até hoje, sanções comerciais unilaterais ao Brasil – no caso, em 1988, por conta da falta de proteção à propriedade de patentes farmacêuticas no País. Foi também o governo Reagan que iniciou – num dia 7 de setembro – uma ação punitiva contra a “lei da informática” herdada do regime militar. A internacionalização da economia brasileira desde então provavelmente alterou a avaliação do mérito das duas iniciativas do governo republicano nos meios empresariais, oficiais e acadêmicos. Mas, na época em que ocorreram, elas foram recebidas como atos hostis ao Brasil.

No lado positivo, Reagan socorreu o governo do general João Figueiredo com um empréstimo bilionário no auge da crise da dívida, no final de 1982. Mas o mesmo fez o democrata Bill Clinton, no início de 1999, para ajudar o País a escapar do colapso financeiro.

O republicano George H. Bush, pai do atual presidente, suspendeu as sanções comerciais impostas ao Brasil pelo governo Reagan e introduziu a securitização dos títulos da dívida dos países em desenvolvimento, que abriu caminho para a resolução da crise da dívida pública externa, em 1994. Bush pai também iniciou e concluiu as negociações do Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta) com o México e o Canadá, que Clinton, seu sucessor, encampou em 1993. A História dirá se as repercussões do Nafta foram positivas ou negativas para o Brasil.

Talvez a preferência da elite brasileira pelos republicanos venha não apenas do conservadorismo compartilhado como também da zanga que ficou das ingerências do democrata Jimmy Carter em nossos assuntos internos. Em 1977, Carter tentou melar o acordo nuclear Brasil-Alemanha e bateu forte nas violações dos direitos humanos da ditadura. Ironicamente, restabelecido o governo civil, o

Brasil caminhou exatamente na direção pregada pelo presidente americano: adotou a defesa dos direitos humanos como política de Estado e se proibiu de construir arma atômica por meio de cláusula constitucional pétreta.

Três décadas mais tarde, a preferência dos democratas por uma maior regulamentação internacional anti-proliferação nuclear inspira mais preocupação em Brasília do que a postura dos republicanos, que é a investir contra vilões nucleares, e não chatear países como Brasil, que enriquecem urânio para fins pacíficos sob supervisão internacional.

Neste e em outros campos, contudo, ganharemos mais se, em lugar de especular sobre quem é o melhor candidato para o Brasil numa eleição na qual não votamos, nos perguntarmos quais são os nossos reais interesses em relação aos EUA. Para o Brasil que emerge na cena global, uma resposta substantiva a esta pergunta é essencial para um diálogo proveitoso com a administração do sucessor de Bush, seja quem for. ●

Paulo Sotero, jornalista, é diretor do Instituto Brasil do Woodrow Wilson International Center for Scholars, em Washington

A jovem mídia e os mamutes de papel

Luiz Weis



Embora um tanto devagar para os padrões do ofício, aos poucos a imprensa brasileira começa a expor ao grande público os dilemas existenciais – nesse caso o chavão procede – que em toda parte passaram a assombrar o jornalismo desde o fim dos tempos dourados em que era reverenciado como o Quarto Poder das democracias.

Esses dilemas, aliás, embutem um paradoxo. Enquanto, de diversas formas, ela mesma se tornava inseparável dos acontecimentos e protagonistas que promove à condição de notícia – incorporando-se, portanto, aos poderes que competem entre si nas “sociedades da informação” –, a chamada mídia convencional foi tomada por uma crise de identidade da qual não sabe como, ou se, sairá.

No Brasil, o leitor comum conhece apenas pela rama o que provocou e no que pode dar a crise: nossos jornais, numa mistura de insegurança e soberba, nem sequer têm editoriais de mídia como as dos congêneres americanos e europeus, que seguem e comentam o desempenho do setor no dia-a-dia, indo muito além da cobertura – cada vez mais importante, é verdade – dos negócios desse oligopólio em que a atividade se transformou.

Ainda assim, vão pingando

nos diários brasileiros, já menos raramente, textos sobre o impacto da internet para o jornalismo tal qual o entendemos – um aspecto central, mas decerto não exclusivo, da sua crise. Na teoria, a jovem mídia, com os seus opulentos espaços abertos a todos, inaugura o reino da liberdade na comunicação social, em contraste com as restrições elitistas dos mamutes de papel.

À parte o deslumbramento e a simplificação, tamanha é a riqueza do assunto que é uma pena que só os freqüentadores de sites e blogs especializados tenham tido acesso, no Brasil, ao que de melhor se escreveu a respeito nos últimos tempos – o caudaloso artigo de Eric Alterman, em recente edição da revista *New Yorker*, intitulado, em tradução livre, *Fora de circulação*, com o subtítulo irônico *A morte e a vida do jornal americano*.

Um dos seus achados foi o de remeter o leitor ao debate de idéias que antecipou, já nos anos 1920, as diferenças de visão entre o jornalismo impresso e o que viria contestá-lo. Os debatedores foram dois notáveis intelectuais americanos de seu tempo, o pensador político e precursor dos estudos de mídia Walter Lippmann (1889-1974) e o filósofo e educador John Dewey (1859-1952).

No clássico *Opinião pública*, de 1922, o cético Lippmann sustentava que, nas complexas sociedades contemporâneas, a democracia pede mais das pessoas do que elas podem dar: decisões (eleitorais, entre outras) baseadas em conhecimentos firmes sobre as questões de interesse comum que as afetam. E isso porque a imprensa, da qual dependem, é a primeira a não dar conta do recado.

Ele dizia que as populações só se interessam pelos acontecimentos quando a mídia os trata, melodramaticamente, como conflitos. E que o jornalismo não conseguirá resolver o problema do déficit de informação – e de atenção – do homem da rua, apenas ocupando-o com os eventos por 30 minutos a cada 24 horas. Nessas condições, considerava inepta a imprensa e praticamente irrelevante o debate público dos assuntos correntes.

Quem sabe, um dia, com as redações dirigidas por profissionais cada vez mais bem educados e cada vez menos dependentes dos grupos de pressão, especulava, uma elite jornalística poderia suprir as inevitáveis lacunas dos leitores. Mas as relações deles com os seus “provedores de conteúdo”, na intragável expressão agora em voga, seriam mínimas, e o seu papel, puramente passivo.

Dewey, o otimista, respondeu em 1927 com *O público e os seus problemas*. Sem contestar as teses de Lippmann sobre as limitações do jornalismo e o seu potencial para manipular o

povo, ele acreditava que a informação recebida era menos importante, para a boa decisão, do que a compreensão dos temas em jogo, a partir do compartilhamento de experiências vividas.

Ficou famosa a sua analogia: “O homem que calça o sapato é quem sabe onde o aperta, embora o calçadista competente seja quem saiba como eliminar o incômodo.” Esse é o princípio implícito no credo do ativismo dos não-jornalistas na internet. Para eles, contra os iluminados que escolhem o que é notícia e pretendem formar a opinião alheia sobre ela, o advento da internet ofereceria uma alternativa emancipadora.

Diante das questões do momento se constituiriam comunidades virtuais em que todos seriam igualmente fornecedores, receptores e debatedores de informações, para, por exemplo, apontar aos governantes os caminhos a seguir e a evitar. Mais ou menos como fazem os editoriais da imprensa, porém com a legitimidade incomparavelmente maior nascida do intercâmbio

O advento da internet ofereceria uma alternativa emancipadora

democrático de fatos e idéias entre legiões de internautas.

A designa um tanto pedante disso é “criar uma narrativa capaz de se contrapor ao discurso da mídia convencional” – presumivelmente monolítica na maneira de abordar o mundo, ainda que não ao traduzi-lo. A pergunta óbvia, de todo modo, é se querer é saber. Como apurar, comprovar e interpretar eventos distantes do âmbito dos conhecimentos e da experiência imediata de cada um? E esse, afinal, é o miolo de toda “narrativa” jornalística.

A diferença entre o jornalista profissional e o jornalista-cidadão – ou, por outra, entre as formulações de Lippmann e de Dewey – é que aquele foi treinado para observar, conferir, relatar e buscar explicações para os fatos. “A vasta maioria dos repórteres e editores dedicou anos, às vezes décadas, para entender os temas de suas matérias”, escreve Eric Alterman, que não se distingue propriamente pela condescendência com a profissão.

Além disso, a imprensa de qualidade de há muito adotou procedimentos de certificação de seu material, simplesmente fora do alcance do mais íntegro blogueiro individual. E, se mesmo assim, os jornais erram – e como erram! –, imagine-se a alternativa. ●

Luiz Weis é jornalista

SINAIS PARTICULARES

LOREDANO



Chanceler Celso Amorim

FÓRUM DOS LEITORES

ENDERECO
Avenida Eng. Caetano Álvares, 55, 6.º andar, CEP 02598-900FAX:
011 3856-2920E-MAIL:
forum@grupoestado.com.br

Energia de Itaipu

Causa espécie a declaração do ministro Celso Amorim de que aceita negociação da energia de Itaipu, sem a solicitação oficial. Por que esta antecipação? O Brasil estaria lesando o Paraguai? E se o bispo não tivesse ganho a eleição, ele ofereceria a Oviedo, que disse que não iria solicitar a revisão? Fica a questão no ar.

ULYSSES FERNANDES NUNES JUNIOR
ulyssesfn@terra.com.br
São Paulo

O governo brasileiro não deve adotar, na questão energética com o Paraguai, o mesmo procedimento brando que assumiu com o governo populista da Bolívia, cedendo às imposições do presidente Evo Morales quanto ao gás adquirido pela Petrobrás. No que se refere à

Usina de Itaipu, há um contrato bilateral em vigência até 2013. Nada de rasgá-lo, alterá-lo ou coisa que o valha. O governo do Brasil tem de ser firme. Qualquer bronca paraguaia, que dela se ocupe a Corte Internacional de Haia.

AFRÂNIO DE OLIVEIRA SOBRINHO
afranio.oliveira@uol.com.br
São Paulo

Depois de tentar encontrar alguém que discordasse de mim na questão do dossiê – eu tinha, e continuo a ter, a certeza de que tudo seria abafado –, veio-me outra questão, e até o momento não há quem aposte o contrário comigo: alguém duvida de que a energia de Itaipu será reajustada?

HENRIQUE SCHWINDEN
hvcs@uol.com.br
Leme

MST

Os editoriais do *Estadão* são sempre muito bem elaborados sobre temas atuais e críticos do Brasil e do mundo. Entretanto, o *MST humilha a Nação* (19/4, A3) merece registro, divulgação e análise profunda de todos os cidadãos brasileiros e, excepcionalmente, de nossas autoridades, em todos os níveis – Executivo, Judiciário e Legislativo. Não tenho muito a acrescentar, além de parabéns, mas o que sempre me indignou nesse movimento (sic) é a afronta e o desrespeito a tudo, em especial às leis e ordens. Ante a frouxidão das autoridades, com exemplar apoio da autoridade máxima do País, o presidente Lula, dá para perguntar: quem apóia, incentiva, baixa a cabeça e não age contra bandidos o que é mesmo?

SERGIO FREIRE
São Paulo

Cartórios

A respeito do editorial *O CNJ e os cartórios* (20/4, A3), apresentando o levantamento dos valores astronômicos das receitas cartorárias, é de se entender que a solução não estará na estatização das serventias, mas sim na melhor distribuição de renda. Não é possível, e é isso que deixa todos indignados, que cidades com mais de 100 mil, 200 mil, 300 mil ou 500 mil habitantes tenham apenas um ou dois cartórios de registro de imóveis. É aí que reside a afronta e a necessidade de urgentes reformas. Por que não foram feitas até hoje?

SIBÉLIUS OLIVÉRIO

sibeliusoliverio@hotmail.com
Batatais

Calote oficial

Sempre atento, nosso insuperável *Estadão* adverte que *Lobby de governadores prejudica grandes credores dos Estados* (21/4, A4) e refere a 11.ª Marcha dos Prefeitos a Brasília, afirmando que “resuscitou um dos assuntos nacionais: uma nova regra para o pagamento de precatórios, as dívidas de governos decorrentes de decisões judiciais”. Gostaria de saber: quantos dos quase 6 mil prefeitos e dos 27 governadores participaram? Aliás, por que não se faz um levantamento para saber que governantes ignoram as decisões da Justiça? Na condição de patro-

no de algumas vítimas das preferências de Diadema, Santo André e São Bernardo do Campo, cujos processos emperram o *Judiciário há mais de 30 anos*, posso afirmar que o não-pagamento de precatórios se deve a abuso do poder discricionário com que carregam recursos públicos para publicidade e obras eleitorais. Mesmo considerando os valores que apregoam dever e que sabemos inchados, pouco representam ante as gordas receitas dos devedores. Segundo a matéria, “o Estado acumula a maior dívida – cerca de R\$ 16 bilhões”. No rodapé, *Em SP atraso bate recorde e chega a dez anos*, parado em “débitos alimentares de 1998”. Ora, a receita de São Paulo orçada para 2008 (Lei 12.788, de 27/12/2007) beira os R\$ 100 bilhões. Se tivesse des-